



Organizações & Sociedade

ISSN: 1413-585X

revistaoes@ufba.br

Universidade Federal da Bahia
Brasil

Montagner, Miguel Ângelo; Montagner, Maria Inez; Frazão Silva, Lucas; Roselino, José Eduardo
O PANOPTISMO E AS NOVAS TECNOLOGIAS: O BIOCONTROLE COMO IDEOLOGIA MODERNA

Organizações & Sociedade, vol. 14, núm. 41, abril-junio, 2007, pp. 31-44

Universidade Federal da Bahia

Salvador, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=400638290002>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

O PANOPTISMO E AS NOVAS TECNOLOGIAS: O BIOCONTROLE COMO IDEOLOGIA MODERNA

Miguel Ângelo Montagner*
Maria Inez Montagner**
Lucas Frazão Silva***
José Eduardo Roselino****

RESUMO

Assumindo o taylorismo como a grande solução encontrada pelo capitalismo para intensificar os sistemas de controle sobre a força de trabalho, pretende-se demonstrar que, passados praticamente cem anos desde sua difusão, esse sistema foi aprofundado, modernizado e transformado pelas tecnologias de informação, bem como em parte substituído pelo que podemos chamar de biocontrole. Este trabalho dá exemplos de alternativas contemporâneas que demonstram ao mesmo tempo a perenidade do taylorismo e as formas de uma nova dimensão do controle social.

ABSTRACT

Considering the taylorism as the great solution found by the capitalism to intensify the control systems of the work force, what it is intended here is to show that, after almost one hundred years from its diffusion, has been deepened, modernized and transformed to the extent that nowadays it gives the impression that it was surpassed by more efficient models. This study shows examples of contemporar alternatives which demonstrate or simultaneously the perpetuity and the ways of a new dimension of the taylorist system.

**Doutor em Saúde Coletiva - Deptº Medicina Preventiva e Social/FCM-Unicamp*

***Mestre em Saúde Coletiva - Deptº Medicina Preventiva e Social/FCM-Unicamp*

****Prof. Pós-Graduação em Administração/UNISAL-Americana*

*****Prof. UNISAL-Americana*

INTRODUÇÃO

Passamos já mais de vinte anos da data histórica imaginada por George Orwell como aquela em que veríamos o surgimento de uma sociedade totalitária, caracterizada por um sistema superior e universal de vigilância, representando um modelo acabado de totalitarismo nas sociedades modernas. A estranheza e a preocupação criadas à época por essa obra literária parecem estar fora de moda para observadores menos atentos ao que acontece nas sociedades modernas ou pós-modernas. As incômodas imagens do filme baseado nesta obra são, raramente, veiculadas na mídia e seu conteúdo pouco discutido; da mesma maneira acontece com *Brazil*, de Terry Gilliam, de 1985, filme de temática parecida e contemporânea, com o pano de fundo de Aquarela do Brasil, de Ary Barroso, um clássico da música brasileira.

Por outro lado, não estamos tão longe de uma mesma forma de totalitarismo, talvez mais sutil e perigoso. Se considerarmos uma outra obra seminal como o filme *Gattaca*, dirigido por Andrew Nicols em 1997, no qual a dominação social passa por um controle genético de tudo e todos, em que o mérito pessoal está subordinado ao patrimônio biológico herdado ao nascer, mas alterado por meio do capital financeiro pelos genitores antes da concepção, nosso olhar deve ser alterado. Nesse filme, narra-se a luta entre a vontade humana e o poder do sonho pessoal contra os poderes da razão, da economia e da genética humana, com o objetivo de definir o destino das pessoas. A metáfora, então, é a luta da liberdade humana, como em 1984 de Orwell, contra o poder da exclusão econômica.

A diferença sutil, mas significativa, está nos processos de controle e de gerenciamento das diferenças sociais: no primeiro caso, o controle é típico de uma *sociedade disciplinar*, e no segundo o de uma *sociedade de controle*, expressão cunhada por William Burroughs e reproduzida por Deleuze em suas obras. Sobre essa diferença ensaiaremos uma exploração neste artigo.

Afinal, as empresas, ao utilizarem processos modernos de gerência, nos quais a participação dos empregados é requerida e desejada, não estariam demonstrando a ineficiência e a inutilidade do antigo tipo de controle, explícito e disciplinar? Aparentemente sim, se olharmos apenas a superfície do que vem ocorrendo nos processos produtivos atuais, sem realizarmos uma superação do lugar comum da engenharia de produção e do discurso dos modelos de administração.

Na verdade, nossa tese é de que essas formas claras e ostensivas de controle social estão se tornando refinadas, e passam a integrar o próprio sistema produtivo e a sociedade como um todo, sob a forma de ideologias modernas, de acordo com a definição de Pagès:

A ideologia predominante num grupo social ou em uma instituição constitui de fato uma 'bricolage' de elementos disparatados resultante de influências variadas, heranças de períodos diferentes. Uma classe, ainda que dominante, só pode impor uma ideologia conforme seus interesses particulares na medida em que consegue integrar as ideologias daqueles que ela quer submeter. Deve oferecer uma interpretação do real relativamente coerente com as práticas sociais dos membros da instituição e fornecer-lhes uma concepção do mundo conforme suas aspirações (PAGÈS, BONETTI *et al.*, 1987:74).

Neste artigo, buscamos justamente romper com a idéia do caráter natural ou naturalista das inovações tecnológicas. Partimos da perspectiva que as inovações tecnoprodutivas não podem ser consideradas como fenômenos socialmente neutros, na medida em que a implementação e a difusão das novas tecnologias, freqüentemente, resultam em mudanças sociais, gerando novas riquezas e novas misérias onde são aplicadas. O caráter naturalista - exemplificado com argumentos que apresentam esse processo como irreversível, sem saídas satisfatórias, em cujos direitos sociais obtidos são antagonísticos ao novo modelo de produção globalizado - tem que ser rompido pela "politização das novas tecnologias".

Habermas (2001) já apontava como, nas sociedades modernas, a ciência e a técnica representavam, em si mesmas, uma ideologia social imposta pelos grupos dominantes, pois embutiam em suas conformações todos os interesses não confessados; isto é, os interesses ideológicos influenciam fortemente as maneiras como são concebidas as novas técnicas e como se pratica a ciência.

Conforme apontam vários autores nesse ângulo de análise, deve-se tornar coletivos os problemas que são mostrados, normalmente, como questões de ordem técnicas e tecnológicas:

Vale dizer: da necessidade de se politizar completamente o debate sobre a tecnologia e suas relações com a ciência e com o capital, em vez de deixar que ela continue sendo tratada no âmbito das políticas tecnológicas dos Estados ou das estratégias das empresas transnacionais, como quer o 'establishment'. As opções tecnológicas são sócio-técnicas, e devem ser encaradas pela sociedade como de interesse público (SANTOS, 2003:11).

Tentar assumir nosso interesse pelo espaço público significa ensaiar, aqui, uma análise da forma como algumas novas tecnologias de controle têm sido veladamente introduzidas em diversos setores, especialmente no setor industrial e na área da saúde, sem obviamente esgotar todas as possibilidades.

Para uma maior abrangência, vale conferir o artigo de Rogério da Costa (2004) no qual se discute grandes projetos de governos altamente poderosos como o norte-americano e, também, o controle realizado por grandes empresas, no âmbito planetário. Nossos objetivos são mais localizados e se referem mais a exemplos concretos retirados da nossa realidade cotidiana. Mas, antes, explicitaremos nossa proposta conceitual sobre a idéia de controle.

ORIGEM DAS FORMAS DE CONTROLE

O desenvolvimento das sociedades modernas pode ser compreendido a partir de distintas abordagens, desde um ponto de vista estritamente econômico e evolutivo, a um ponto de vista cultural, ou mesmo de uma análise política fechada.

Uma das abordagens mais interessantes e elucidativas foi a utilizada por Michel Foucault em *Vigiar e Punir* (1987), centrada e preocupada com as formas de dominação e organização da sociedade. A palavra-chave das suas obras talvez seja *controle*, em todas as suas vertentes, em suas formas de punição em sociedades ainda disciplinares e nas novas formas que assumiriam esse controle nas sociedades contemporâneas. Uma boa discussão sobre o conceito pode ser encontrada no artigo de Marcos César Alvarez (2004), que esquadrinhou dentro das teorias sociais a utilização da noção de controle a partir de autores clássicos e consagrados.

Um desses pensadores aparece como aquele que fornece pistas poderosas sobre a importância do conceito na alta modernidade. Para Foucault, nas formas anteriores à nossa sociedade capitalista, feudais e pré-feudais, as grandes dificuldades residiam em gerir os processos sociais em si mesmo - como produzir de maneira suficiente para alimentar a população, como suprir as necessidades básicas das pessoas, como tratar as doenças. Essas "sociedades de soberania" foram sucedidas pelas sociedades industriais da era moderna, cujos objetivos dos administradores e do nascente Estado estariam voltados ao gerenciamento racional da produção e do consumo, além da própria forma das sociedades se organizarem.

Essa transição de "sociedades de soberania" para "sociedades disciplinares" marca a transição das sociedades feudais pré-capitalistas para as sociedades industriais e capitalistas. Nesse período, assiste-se ao desenvolvimento de técnicas e tecnologias voltadas para o gerenciamento racional de grandes volumes de dados e para o controle dos indivíduos agrupados em coletivos. O controle de coletivos foi alvo de inúmeras tentativas empíricas e teóricas, cujos resultados hoje fazem parte de nosso cotidiano, ainda que a presença de sistemas disciplinares esteja de alguma forma oculta ao senso comum e diluída nas ideologias sociais mais difundidas.

Essa história pôde ser traçada a partir do estudo de lugares de encarceramento ou de fechamento, como nos mostrou exaustivamente Foucault. Partindo do estudo das prisões, dos hospitais, dos asilos, dos reformatórios, em suma, dos lugares fisicamente fechados e que propiciaram o desenvolvimento dos primeiros métodos de controle da sociedade capitalista, o autor percebe uma racionalização progressiva nas formas de gerir as sociedades. O constante aperfeiçoamento dos meios e das formas de controle social, a começar das populações desviantes e alijadas, como os loucos, os presos, os doentes, os pobres em geral, foi o arcabouço sobre o qual se construíram as sociedades ocidentais atuais. Como um dos meios centrais e fundamentais que ilustra essa lógica de racionalização, o autor elege e descreve um dispositivo que se tornou universal e base dos sistemas disciplinares das indústrias modernas, o panóptico de Bentham.

O fundamento deste dispositivo era a observação da disposição espacial dos indivíduos em torno de um lugar central de controle, de onde se podem avistar todas as células ao mesmo tempo e com mais facilidade. Isolar as pessoas (detentos, doentes, prisioneiros etc.) permitiu o avanço de novas técnicas de disciplina que visavam, ao fim, tornar os corpos dóceis. Para Foucault, esse dispositivo espacial - o panóptico - "funciona como uma espécie de laboratório do poder" (FOUCAULT, 1987:180).

O princípio de tal dispositivo foi e continua sendo largamente utilizado nas empresas modernas, como bancos, indústrias e empresas de toda sorte. Entendido como um "puro sistema arquitetural e óptico", o panóptico significa uma tecnologia que está muito além de sua utilização específica, e pode ser aplicada de forma polivalente:

...serve para emendar os prisioneiros, mas também para cuidar dos doentes, instruir os escolares, guardar os loucos, fiscalizar os operários, fazer trabalhar os mendigos e ociosos. É um tipo de implantação dos corpos no espaço, de distribuição dos indivíduos em relação mútua, de organização hierárquica, de disposição dos centros e dos canais de poder, de definição de seus instrumentos e de modos de intervenção, que se podem utilizar nos hospitais, nas oficinas, nas escolas, nas prisões (FOUCAULT, 1987:181).

O aperfeiçoamento dessa arte de exercer o poder faz parte de toda a lógica processual do desenvolvimento industrial, iniciado com o fim do feudalismo, com a utilização de mecanismos disciplinares; sendo, para muitos, a grande força que agiu na aceleração do processo de transição das sociedades feudais para as sociedades capitalistas. Isso tende a ser esquecido em prol de uma exaltação das grandes invenções, dos novos processos produtivos, das novas técnicas de organizar a produção.

Estamos passando, sobretudo a partir do final do Século XX, por uma nova etapa desse processo de transformação capitalista iniciado com a primeira Revolução Industrial Inglesa; para muitos, vivemos um processo de globalização, mundialização, a terceira onda ou até mesmo o fim da história.

Estariamos transitando, no âmbito econômico, para a "era do acesso", no qual a noção de propriedade concreta de coisa materiais e visíveis perde o sentido, substituindo, inclusive, a *propriedade* das coisas pelo *acesso* aos espaços e aos bens, bem como pelo uso e poder de utilização das coisas materiais. A idéia de propriedade aqui é a de posse física, real, concreta. A facilidade com que as multinacionais deslocam suas propriedades e unidades produtivas demonstra esse argumento. Nos termos de Jeremy Rifkin:

A propriedade é uma instituição lenta demais para ajustar-se à velocidade quase aberrante da cultura do nanosegundo. A propriedade se baseia na idéia de que a posse de um bem físico ou de parte de uma posse num extenso período de tempo tem valor. 'Ter', 'manter' e 'acumular' são conceitos cultivados. Agora, entretanto, a velocidade da aceleração tecnológica e o ritmo vertiginoso da atividade econômica freqüentemente tornam a noção de propriedade problemática. Num mundo de produção flexível, de contínuas inovações e *upgrades*, e de ciclos de vida da produção cada vez mais curtos, tudo se torna quase imedia-

tamente ultrapassado. Faz cada vez menos sentido ter, manter e acumular numa economia em que a mudança é a única constante (RIFKIN *apud* SANTOS, 2000).

Mesmo se não concordarmos com a tese de que estamos imersos em sociedades completamente pós-modernas, nas quais o modo de produção está totalmente alterado e a posse dos meios de produção deixou de ser concreta e fisicamente constatável, é mister aceitar que existe uma tendência geral em se criar uma sociedade moderna cujas relações de produção estão sensivelmente alteradas.

Para Deleuze (1990), enquanto agrupamentos sociais como um todo, estamos transitando de *sociedades disciplinares* para *sociedades de controle*, nas quais os velhos sistemas fechados e de lugares fechados, como escola, hospitais e industriais, cedem lugar para formas de controle mais brandas e sutis, baseadas nas tecnologias de informação.

Esse esquecimento apresenta-se como um *esforço* de *apagamento* dos rastros repressivos das instituições presentes nas sociedades modernas e que tiveram suas origens nos primórdios do capitalismo. O apagamento ativo da memória social é uma constante nas mais diversas formas de organização social, confirmando que, na história narrada pelos que triunfaram, não existe espaço para os que perderam ou sofreram as penas das mudanças. Como nos mostrou De Decca (1988), acontecimentos sociais parecem e são mostrados de maneira diferente, de acordo com o ponto da história do qual falamos e de acordo com o grupo social que impõe sua versão dos acontecimentos.

Mesmo que sujeitas à resistência e submetidas às ações dos sujeitos sociais, as antigas formas disciplinares de controle migraram para espaços sociais 'abstratos' e mais sutis, gerando uma dificuldade concreta à sua percepção cotidiana para os trabalhadores e para os indivíduos em geral. O grau de sofisticação atingido chega às raias do inconsciente individual e coletivo, como bem demonstraram Max Pagès e colaboradores, comparando a ideologia das multinacionais ao papel exercido pelas igrejas e pela religião (PAGÈS, BONETTI *et al.*, 1987:75). Como eles apontaram, a dominação psicológica está colocada no mesmo patamar da dominação econômica, as estruturas psicológicas inconscientes estariam na mesma dimensão de análise das instituições sociais e, ambas, intrinsecamente imbricadas:

A impotência dos trabalhadores em assumir coletivamente suas contradições psicológicas consolida a dominação econômica. Ela produz um sistema de ocultação do sentido, onde as significações psicológicas inconscientes são traduzidas e reduzidas no código obscuro do dinheiro e do poder político (PAGÈS, BONETTI *et al.*, 1987:229)

Quando nos referimos ao fim da memória social, queremos dizer o fim dos registros históricos, a incapacidade social de rememorar e compreender as origens dos mecanismos de dominação por parte dos grupos sociais, bem como a incapacidade assim constituída de aportar e conceber uma crítica desses modos de dominação, sobretudo pela incorporação alienada desses mecanismos como técnicas, ditas científicas. Isso não impede a implementação de novas dominações de ordem subjetiva e simbólica, na dimensão das crenças e das ideologias, capazes de manter o indivíduo distante de uma crítica aos modelos e, também, subordinado à dominação dentro das sociedades. A questão em jogo é a complexidade, a sutileza e uma certa 'virtualidade' do poder, difuso em inúmeros micro-poderes dispersos, embora atuantes.

Sugere-se, neste trabalho, que o mesmo apagamento coletivo da memória histórica, responsável, dentre outras coisas, pela *corrosão do caráter*, no sentido de Senett (2005), ocorre com relação aos aspectos mais repressivos de um método em especial, que fez fama e produziu uma série interminável de variações e novas aplicações - o taylorismo. Hoje, tal método está modificado e quase imperceptível, pela introdução massiva de novas tecnologias em todos os espaços sociais.

Nessa nova forma capitalista não haveria lugar para velhas tecnologias de disciplina como o taylorismo. Então, ele teria desaparecido do mundo da indústria?

Uma forma de analisar esse processo seria entendermos o papel das novas tecnologias (não tão novas assim...) no mundo da produção. Um esforço nesse sentido será realizado a seguir, após definirmos nossa posição sobre o taylorismo e seu lugar nas sociedades modernas.

○ TAYLORISMO

A formação do modo de produção capitalista redimensionou o processo produtivo, estabelecendo uma nova ordem: de um lado, o capital representado pela fábrica e, de outro, o trabalho encarnado pelo operário. Desta forma, estava sendo criado um novo processo produtivo que se daria pela relação entre o capital e o trabalho. O grande problema é que essa relação se daria entre dois pólos opostos e conflitantes. De um lado, o capital busca a maximização do lucro e, do outro, o trabalho busca a manutenção dos salários; em tese, a massa salarial pode corroer o volume de lucros que o capital deseja auferir.

Posto, assim resumidamente, o problema, à medida que o capitalismo se instalava desde a Primeira Revolução Industrial, e já no caminho para a Segunda Revolução Industrial, na virada do Século XIX para o XX, sobretudo nos Estados Unidos, restava solucionar outros dilemas, como o da organização das fábricas – estas, agora, muito maiores e mais complexas do que as oficinas – e o do controle gerencial de massas cada vez vultosas de trabalhadores. Até aquele momento, a força de trabalho era considerada da mesma maneira que no Capitalismo Mercantil, e obtida por meio da compra no mercado como se fora uma matéria-prima qualquer, que trazia em si embutida um *quantum* específico de trabalho a ser incorporado como tal no produto. A partir do taylorismo, o capitalista assume completamente o domínio das relações de trabalho e passa a gerir a mão-de-obra de maneira capitalista, ou seja, passa a extrair do trabalhador, pelo controle direto e contínuo, todo o lucro possível de ser obtido, com “uma avidez só comparável com sua primitiva timidez” (BRAVERMAN, 1981:65)

O mesmo autor aponta alguns fatores cruciais que estrangulavam o pleno desenvolvimento das forças produtivas capitalistas e que acabaram por ser resolvidos com o concurso das teorias administrativas de Taylor. Um primeiro, a complexidade crescente da produção capitalista, com o surgimento de fábricas onde se misturavam diferentes tipos de trabalho; segundo, novas indústrias com pouca experiência em processos produtivos incipientes; e ainda, a incapacidade do dono da empresa em alterar, significativamente, o processo produtivo da maneira como a força de trabalho era gerida – subcontratações e produção familiar. Esses fatores geravam irregularidade na produção, perda de material, lentidão, falta de uniformidade e rigor na qualidade do produto.

O novo modo de produção baseia-se em volumes e escalas crescentes, desenvolvidos por máquinas aceleradas, em grandes unidades de produção e muitos trabalhadores, sob a coordenação de algumas poucas pessoas.

Na grande indústria capitalista da Segunda Revolução Industrial, o ritmo da produção passa ser ditado pelas características técnicas das máquinas. Nos locais onde a maquinaria avança, ela retira das mãos dos trabalhadores suas ferramentas de trabalho e as incorpora em um mecanismo automático, substituindo parte significativa do trabalho manual.

Nas etapas produtivas ou setores em que o processo exige ainda significativa participação dos trabalhadores, estes passam a viver sob a pressão do ritmo imposto pelas máquinas. A necessidade de racionalização crescente dos tempos e movimentos dos trabalhadores exige um novo paradigma organizacional e gerencial. A resposta viria depressa. Conjuntos de propostas iriam se organizando na prática, e uma destas, o taylorismo, marcou época, pois foi o ícone da nova prosperidade americana da Segunda Revolução Industrial. Tal prosperidade foi possível graças à associação desse novo modelo de produção a um conjunto de propostas éticas, sociais, morais e políticas presentes na sociedade norte-americana.

O AMERICANISMO FORDISTA

Se a proposta de Taylor foi essencialmente a de desenvolver uma ciência do gerenciamento do trabalho e da produção, seu alcance extrapolou em muito a dimensão da *infra-estrutura*, e plantou raízes profundas no arcabouço da *superestrutura*, usando a terminologia de Marx. Aceitando uma interpretação estrita desse autor, não faria sentido ressaltar as consequências nefastas do taylorismo e nem mesmo valorizar sua concepção teórica como um evento significativo na ordem capitalista, dada a origem ideológica e superestrutural dessa concepção de gerência.

Devemos, assim, encontrar um autor que possua agulhas mais finas para remexer esse ponto nevrálgico e que forneça instrumentos teóricos à altura e adequados. Muitos já apontaram a teoria de Gramsci como uma grande aliada nessa leitura.

Partindo das concepções marxistas e desapontado com os resultados da luta sindical na Itália e mesmo em toda a Europa, já em sua maturidade, Gramsci passa a analisar os fatores novos e importantes que influenciaram os trabalhadores em sua época e, também, como realizar aquilo que ele chama de “guerra de posição”, na busca da tomada do Estado. Com uma perspicácia apurada, percebe que a *práxis* operária no mundo da produção não passa a uma *práxis* revolucionária facilmente, por meio da simples desalienação mediada pelo sindicalismo. Para que isso ocorra, aponta em seus trabalhos uma chave central: a idéia de que a *sociedade política* engloba também a *sociedade civil*, e que há uma forte atuação cotidiana de todas as pessoas para alterar o balanço político do Estado de qualquer sociedade, a favor ou contra a possível hegemonia dos trabalhadores. Pressupõe-se que a preocupação gramsciana estava voltada para a Cultura; porém, uma cultura definida de maneira diferente, ou seja, como capacidade do indivíduo de elaborar a realidade que o cerca, de dominar-se, disciplinar-se e estabelecer um projeto político (DIAS, 1984:7).

Pois bem, a mudança cultural que acompanha o taylorismo pode ser chamada de americanismo, uma visão mais ampla das relações entre mundo produtivo e sociedade, agora mediada pela cultura. Era o que percebia Gramsci em seu célebre *Americanismo e Fordismo*, trecho de obra conciso e inacabado em que aponta algumas linhas de força daquilo que ele percebe como a junção da produção e da cultura, ou seja, uma *economia programática* (Gramsci, 1988:376).

Nessa nova economia, uma nova adaptação do operário era requerida:

Na América, a racionalização determinou a necessidade de elaborar um novo tipo humano, conforme ao novo tipo de trabalho e de produção: até agora esta elaboração acha-se na fase inicial e por isso (aparentemente) idílica. É ainda a fase da adaptação psicofísica à nova estrutura industrial, proporcionada através dos altos salários (GRAMSCI, 1988:382).

Sem nos alongarmos, mas procurando preservar nossa tese nesse ponto do artigo, de que o taylorismo/fordismo representa um refinamento das formas de controle muito além do mundo produtivo, percebemos que Gramsci aponta diversas questões que, posteriormente, seriam trabalhadas com mais profundidade por outros autores. Ele afirma:

A história do industrialismo sempre foi (e hoje o é de forma mais acentuada e rigorosa) uma luta contínua contra o elemento ‘animalidade’ do homem, um processo ininterrupto, muitas vezes doloroso e sangrento, de sujeição dos instintos (naturais, isto é, animalescos e primitivos) a sempre novos, complexos e rígidos hábitos e normas de ordem, exatidão e precisão, que tornem possível as formas sempre mais complexas de vida coletiva, que são a consequência necessária do desenvolvimento do industrialismo (GRAMSCI, 1988:393).

Uma maneira de compreender as ramificações das formas de controle nas sociedades atuais seria o acompanhamento das práticas relacionadas a esses dispositivos de poder dentro de nosso espaço geográfico mundializado e as for-

mas que assumem as tecnologias de manipulação dos indivíduos por tais dispositivos.

Dada a exigüidade de espaço neste artigo e nossa limitação como pesquisadores, escolhemos duas linhas de análise: a primeira relacionada ao campo da saúde, especialmente a saúde coletiva, na qual faremos coro a alguns autores que pensaram e propuseram propostas de superação do taylorismo e do controle nas políticas de trabalho e gerência dos trabalhadores; uma segunda, relacionada ao espaço empresarial e da indústria como um todo, no qual comentamos e mostramos alguns métodos e tecnologias de controle em utilização plenas, com suas conseqüências sobre o corpo e a subjetividade dos trabalhadores.

○ TAYLORISMO NA SAÚDE

A discussão de Marx sobre a separação da sociedade capitalista entre donos dos meios de produção e trabalhadores alienados duplamente, de seus meios de produção e do resultado de seu trabalho, transborda, também, para o campo da saúde.

A apropriação do instrumento de trabalho do médico pela estrutura do capital “oferece o critério nuclear de determinação da situação de classe de seus agentes” [da prática médica] (GONÇALVES, 1979:192). Quando discute as origens do trabalho do médico, esse autor aponta que a tendência à especialização na medicina vai de par com seu correlato na sociedade taylorizada como um todo. Ou seja, a divisão do trabalho na saúde passou, primeiramente, por uma separação entre os profissionais médicos e os profissionais auxiliares; em seguida, a clivagem acontece internamente à profissão, com a separação entre clínicos e especialistas, que é homóloga àquela entre trabalho mental e manual, correspondendo os especialistas ao trabalho mais intelectualizado e ideologicamente valorizado, enquanto os clínicos estariam às voltas com um trabalho mais manual e desvalorizado (GONÇALVES, 1979:195). Por outro lado, o próprio instrumento de trabalho do médico mudou, sendo, no modo capitalista, representado simbolicamente pelo hospital, da mesma forma que a fábrica para a produção industrial.

Essas considerações mostram a mesma penetração do controle sobre a mão-de-obra na esfera médica e a conseqüente taylorização de tal prática. Essa conformação das formas da *práxis* humana não passa sem a co-relativa alteração das práticas discursivas.

Na mesma toada, as formações discursivas, resultado de práticas discursivas, acabam cristalizando-se em torno de nomeações específicas, destinadas a justificar ideologicamente algumas práticas. Como nos mostrou Arouca (1975), a medicina é resultado sempre de uma determinação histórica e uma determinação social, e as formações discursivas são o resultado de mudanças supra-estruturais. A Medicina Preventiva, então, correspondeu às contradições de um momento histórico específico e refletiu as contradições sociais. A medicina preventiva representava “um lugar institucional que gera um novo discurso no interior da medicina, visando a transformação de sua prática através da difusão de uma ‘atitude ausente’, porém possível, diante dos conhecimentos atuais entre seus praticantes, {...}” (AROUCA, 1975:23).

As formações discursivas acabam por tornar-se formações ontologizadas, tornadas naturais e alheias aos sujeitos que a elas servem e que delas se servem: os saberes estruturados rigidamente, transformados em categorias ou conceitos epistemologicamente neutros e fossilizados; “o lugar do saber transformando-se em lugar central ao poder” (CAMPOS, 2000: 171). Nesse panorama, o Taylorismo é o exemplo acabado da chamada racionalidade gerencial moderna, sendo preciso buscar saídas para que o sujeito assuma sua plenitude humana. Uma proposta inserida no cenário institucional da saúde, na tentativa de romper com esse processo de auto-reprodução do modelo taylorista, é o *método da roda*. Este método inclui mais que um manual de preceitos, é uma proposta de *repor o*

sujeito no centro da vida e possibilitar a realização de ideais humanos presentes em cada pessoa (CAMPOS, 2000:178). O sujeito só pode realizar-se no espaço coletivo, público e, portanto, na esfera política. E o espaço público envolve o mundo produtivo, taylorizado e tornado neutro, apolítico, alienado. Realizar a desalienação do sujeito significa politizar as novas e as *velhas* tecnologias.

A proposta de Campos busca atingir esses objetivos e tornar as organizações da área da saúde locais de criação de um contra-discurso não hegemônico, capaz de gerar um novo discurso *instituinte* que seja capaz de atender as necessidades dos atores institucionais e da população.

Essa busca, também, atinge os setores mais centrais da produção capitalista, como veremos a seguir.

A MODERNIZAÇÃO DOS CONTROLES BASEADA NA INFORMATIZAÇÃO DAS TÉCNICAS

As empresas que oferecem serviços especializados em mapeamento eletrônico de residências e empresas evoluíram muito nos últimos anos, tanto em volume de serviços prestados como em tipos destes serviços.

Os serviços são apresentados como circuitos fechados de televisão e memória de dados para contribuir na melhor vigia e segurança de estabelecimentos diversos. São instaladas câmeras seqüenciais de vídeo, divisores de telas, multiplexadores (que comandam a divisão da tela em quadros), panoramizadores (que movimentam as câmeras 180 graus), monitoramento remoto etc.

Tais tecnologias têm como objetivo declarado aumentar a vigilância e, desse modo, melhorar os níveis de segurança de ambientes de trabalho como fábricas, escritórios, lojas, bancos, dentre outros. Consistem em sistemas de vigia eletrônico, instalados para o monitoramento das atividades cotidianas desses estabelecimentos.

Uma belíssima discussão sobre as possibilidades e o potencial dessas tecnologias, sobretudo quando aliadas aos mecanismos da Internet pode ser percebida nas discussões propostas por Laymert Santos em um de seus artigos (SANTOS, 2000). Naquele trabalho, o autor discerne as inúmeras variantes do uso das novas tecnologias e demonstra a sua ubiquidade nas sociedades modernas em estreita correlação com o mercado produtivo e de consumo.

Além da clara utilização desses equipamentos para a monitoração do patrimônio individual ou coletivo, tais sistemas são, freqüentemente, utilizados para vigiar e controlar processos de trabalho, trânsito de operários e empregados, tempo de execução de tarefas, comportamentos considerados inadequados - com respeito, por exemplo, à utilização da internet - momentos de lazer e descontração, assiduidade e pontualidade, relacionamentos no trabalho, honestidade com o patrimônio da empresa, enfim, todos os movimentos que possam ser registrados e armazenados durante a permanência do trabalhador no ambiente de trabalho.

Torna-se difícil obter uma documentação abundante sobre esta intervenção já que ela é uma parte "oculta" do processo. A divulgação e a propaganda utilizadas pelo setor referem-se diretamente às questões de segurança patrimonial, praticamente nunca se referindo ao aspecto de controle de pessoal, pois este tema correria um sério risco de ser considerado antiético. Tal controle aparece como um subproduto ou um subserviço dentro do leque de opções para utilização das tecnologias disponíveis.

O problema é que a utilização secundária desses equipamentos se constitui numa constante ameaça aos empregados, pois o acompanhamento e o controle de sua vida cotidiana na empresa podem ser prejudiciais ao ambiente organizacional, quando percebida e questionada. Acontece de fato o que foi apontado por Heloani e Capitão (2003) quando discutem o processo de adoecimento nos ambientes modernos de produção.

Os autores relacionam, claramente, as formas modernas de gestão da subjetividade dos trabalhadores com uma transformação de uma gestão da psicologia do trabalhador, já presente no taylorismo, apesar disso não representar a ênfase maior desse tipo de gerência. Essa continuidade representa um refinamento e aprofundamento das maneiras de gerir a própria subjetividade no trabalho, aí introduzindo um componente de cunho moral, de esvaziamento dos valores pessoais e éticos, com o correlativo dano e sofrimento subjetivos que podem extravasar e se cristalizar, muitas vezes, no somático.

O que na prática acaba acontecendo é que a despeito da ideologia propagada quanto aos avanços das ciências administrativas em direção a formas mais participativas de gestão da força de trabalho, a adoção crescente desses sistemas voltados à vigilância dos trabalhadores indica a sobrevivência, ou mesmo a intensificação, de práticas coercitivas de controle que são características do paradigma da “administração científica” taylorista, apontado como superado historicamente por alguns autores.

Na prática, os equipamentos de segurança que gravam e armazenam imagens internas das empresas são utilizados para a inspeção do trabalho executado e do comportamento do trabalhador. Tal procedimento nada mais seria que a implementação *mediatizada* do dispositivo panóptico discutido por Foucault. Com incrível premonição e sensibilidade, dada a época em que realizou sua obra, Charles Chaplin, no filme *Tempos Modernos*, já antevia (com muito sarcasmo), em parte, essa utilização.

Mesmo não existindo à época esse tipo de equipamento para vigilância de áreas coletivas, nos trechos iniciais de sua obra, Chaplin mostra o diretor de uma fábrica controlando o ritmo da produção por meio do monitoramento da velocidade da linha de produção e, também, de outras áreas do prédio, como o banheiro, no qual sua personagem é surpreendida fumando um cigarro e fazendo “cera”. A onipresença de um “capataz” marca a futura capacidade de controle das pessoas por meio da tecnologia,

Os métodos de controle de pessoal recebem, dessa maneira, um importante aliado, a tecnologia digital de imagens, o que viabiliza tecnicamente a implementação de sistemas de controle dos tempos e movimentos, os quais aperfeiçoam as idéias originais de Taylor, deslocando todo o aparato repressivo do ambiente de trabalho para uma dimensão aparentemente tecnológica e socialmente neutra.

Nesse novo ambiente, marcado pela onipresença das tecnologias de informação, o trabalhador continua sendo objeto de rígido controle, mesmo nos setores mais modernos da “nova economia da informação”, como o do trabalho em *call centers* ou tele-atendimento, conforme apontam Vilela e Assunção (2004:1072):

Os tempos são rigidamente controlados, adotando-se o próprio aparato técnico como meio para obter os valores necessários ao controle dos critérios estabelecidos. Os dados armazenados pelo sistema abastecem as fichas de controle e, além desse mecanismo de avaliação baseado na performance obtida em tempo real, o monitor do terminal de vídeo exibe sinais luminosos anunciando que o tempo está se esgotando. O indicador em formato de uma barra retangular de 3x1 cm, cujo comprimento aumenta com o passar do tempo, além de mudar de cor: azul (menos de 20 segundos), amarelo (de 20 a 25 segundos) e vermelho (acima de 25 segundos).

As condições de trabalho nesses ambientes são extremamente estressantes. Como aponta um estudo desenvolvido por Ruy Braga (2006), o teleoperador é a face moderna e despolitizada do mundo do trabalho, pois a lógica da reivindicação coletiva por melhores condições laborais estaria hoje na defensiva e em extinção. Esse trabalho guarda ainda, fortemente, suas raízes taylorizadas:

A taylorização da atividade do teleoperador consiste nisto: aprisionar a força espiritual do trabalho - e seus conhecimentos práticos - em uma rotina produtiva marcada pela interação do trabalho com as tecnologias informacionais, assim como pela coordenação informacional entre serviços. Por meio da pressão oriunda

do fluxo informacional, o trabalho do teleoperador torna-se, finalmente, objeto de uma regulação tecnológica centralizada pelo regime de mobilização permanente da força de trabalho. A base técnica unificada proporciona a oportunidade de a empresa fixar 'cientificamente' os ritmos produtivos por meio da procedimentalização e a conseqüente degradação da atividade e das condições de trabalho do teleoperador. A intensificação dos ritmos e o aumento do controle pelos supervisores e coordenadores apenas coroa esse processo (BRAGA, 2006).

Os bloqueadores de entrada e saída, sob forma de catracas eletrônicas também cumprem, juntamente com os cartões eletrônicos, a função de monitorar, acompanhar e cronometrar os deslocamentos de pessoal em uma empresa. Podem, até mesmo, constituir-se em ferramentas de observação e detecção de problemas fora do âmbito operacional, como, por exemplo, a maior permanência de empregados em ambientes reservados como os banheiros coletivos, ou a incidência de casos de permanência indevida de pessoal fora do campo operacional.

Isto tudo não se alterou com a mudança do modelo fordista para outros mais 'flexíveis', mas alterou-se a lógica e o modo de controle do trabalhador. Além das formas eletrônicas de controle, imiscui-se um novo modo de gerenciar as subjetividades, como apontam Heloani e Capitão:

O que existe é a substituição do controle externo do desempenho pelo controle interno dos próprios funcionários mediante eficiente trabalho de comunicação no qual o psicólogo, sem dúvida, poderá vir a ser protagonista, pois compete a ele, agora, instruir as equipes nesse sentido.

Nas empresas pós-fordistas, signatárias do neoliberalismo, a matéria-prima principal são as pessoas; a moeda mais importante é o signo e o símbolo, e a manipulação dos processos psicodinâmicos constitui a principal tecnologia. Essas são algumas das ferramentas da empresa pós-moderna (se é permitido o neologismo). Substituíram o chicote, o supervisor e os testes psicológicos pela ilusão da integração e da participação. É a tentativa da construção de uma nova subjetividade que encontra no projeto neoliberal a sementeira do individualismo e da barbárie (HELOANI e CAPITÃO, 2003).

Como resultado, a própria subjetividade do trabalhador é modulada e conformada pelas relações de produção. De todo modo, a subjetividade do trabalhador no taylorismo não desaparece, e torna-se transformada e conformada pela maneira como vive no trabalho. A forma de produção é a forma de produção de subjetividades do trabalhador, que passa a maior parte da vida na operação de máquinas, as quais são expressão de uma ideologia de trabalho. A subjetividade pode se transformar em seu negativo alienado, pois sua relação com as máquinas e com o capital extravasa para sua vida ordinária.

Conforme apontamos, a "alienação" é vista como uma saída forçada para a subjetividade sufocada dentro do mundo do trabalho. É o que aponta Christophe Dejours (1991) em suas obras. Apesar do título dessa e de outras obras suas sugerirem a idéia de que o trabalho é completamente patológico, ele constata um fato importante em suas pesquisas: os trabalhadores não se mostravam passivos face aos mecanismos organizacionais e usavam estratégias complexas de defesa contra os efeitos nocivos a suas saúdes mentais. Eles exercem, como propôs Foucault, micropoderes defensivos por meio da construção de táticas e técnicas fundamentalmente coletivas. Os problemas maiores acontecem quando falham as tentativas coletivas dos trabalhadores em pôr em prática essas estratégias: nesse caso, o trabalhador pode adoecer, desenvolver patologias mentais ou vícios destrutivos.

Por isso Dejours cunha, no lugar do conceito de Psicopatologia do Trabalho, a noção de Psicodinâmica do Trabalho, que estuda as formas do sofrimento mental e das próprias defesas psicológicas individuais e coletivas. Essa psicodinâmica se vale do estudo regular e sistemático das estratégias coletivas de defesa e de sua transformação em ideologia. As estratégias defensivas são extremamente importantes, pois funcionam como válvulas de escape, edulcorando a compreen-

são individual das exigências e dos controles exercidos pelas empresas e facilitando a aceitação do *status quo* (Dejours, 2004).

Para manter o controle sobre a subjetividade do trabalhador, o sistema precisa de auxílio, pois os ambientes de trabalho oferecem oportunidades de dispersão. Uma das maneiras de manter o empregado dentro dos limites recomendados é controlando seu cotidiano no espaço de trabalho. Sob a escusa da proteção pessoal e patrimonial são instalados equipamentos de controle em salas, salões, escritórios, corredores, elevadores e outros.

Baseando-se no medo da insegurança pessoal e patrimonial, as empresas aos poucos vão controlando todos os movimentos de seus empregados, o que demonstra a possibilidade de o modelo taylorista de controle da 'vadiagem' ser melhorado, redimensionado e aprofundado até um nível surpreendente. O controle das massas de trabalhadores fica regido pela sua dimensão virtual por meio da ideologia da mídia com todos os seus desdobramentos.

A parte efetivamente operacional e tangível desse controle sempre foi exercida pela gerência. A figura repressiva do chefe já está envelhecida, pois o mundo moderno ocupa todos os papéis da chefia que passa a fazer parte do próprio sistema e é exaurido por ele. Assim, o taylorismo se apresenta quase totalmente incrustado, indiferenciado e indiscernível no mundo da produção enquanto tal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Parece irônico que Michel Foucault, e não só ele, desenvolvesse estudos sobre as diferentes estratégias biopolíticas de dominação, centradas no controle do corpo das pessoas e por meio dele e das mentes, justamente no momento em que as metamorfoses do capitalismo alteraram radicalmente a forma de dominação na qual este se apoiava, as quais serviram para iluminar, naquele momento, o referido filósofo.

Talvez, afinal, a emergência desse contra-discurso, que se aproximava dos indivíduos enredados nos micropoderes cotidianos, fosse exatamente o reflexo dessas mudanças que permitiam ao passado recente ser apreendido como histórico. De qualquer forma, ao definir em grandes traços as grandes inflexões das formas de dominação, Foucault permitiu entrever o lado escuro do futuro.

Deleuze (1990) aprofunda e demarca a transição, apontando a imbricação entre a tecnologia como instrumento e expressão das relações sociais. É justamente a partir das constatações sobre as novas tecnologias que Deleuze consegue dar vida ao grande Leviatã do controle. Propõe uma análise em termos de grandes categorias como forma de surpreender o nascimento de novos mecanismos baseados em novas tecnologias.

Antes de existir materialmente e tomar corpo, uma inovação tecnológica deve ser concebida, isto é, pensada. Deve corresponder a uma indagação, a uma necessidade ou a um desejo. No entanto, no nosso mundo cultural e social, é o sujeito que estabelece os limites do pensável e do impensável. Se foi possível conceber uma técnica, seguramente esta deverá ser produzida e modelará os sujeitos que a conceberam. Como diria Gandhi, nada é mais forte que uma idéia, quando é chegada a sua hora.

A cada sociedade, suas máquinas: nas sociedades de soberania, reinavam as mais simples; nas disciplinares, máquinas energéticas e de força; nas sociedades de controle, máquinas leves, informatizadas ou computadores.

A crise generalizada dos espaços de confinamento como manicômios, prisões e conventos, indica uma transição entre duas formas de dominação. Devemos buscar entender a complexidade do novo regime como meio de desenvolver novas resistências.

Mas nisto reside o problema: a imensa sutileza, a extrema flexibilidade, a profundidade dessa nova dominação parecem imponderáveis. Esse grande processo impessoal é fruto da ubiqüidade das forças que o impellem.

Se não olharmos, como Foucault, os resultados sociais e tecnológicos dessas estratégias sem rosto, não penetraremos os seus sentidos e não conseguiremos nomear nossos inimigos. A dificuldade teórica, confessada pelo autor, em encontrar estratégias práticas e coletivas de resolver essas questões, não seria talvez correspondente a uma impossibilidade real, partilhada por todos nós? De qualquer forma, entender o problema é sempre preferível a ignorá-lo.

O novo regime de controle parece pressupor, como os anteriores, uma economia de meios e custos. No regime atual das prisões, utilizar uma coleira eletrônica de monitoramento individual custa menos do que a manter uma prisão fechada e seus aparatos. Nas escolas, imputar ao indivíduo uma formação permanente realizada às suas expensas é transferir-lhe grande parte desses custos de formação intelectual, realizada fora das escolas tradicionais. Na medicina, previnem-se as doenças com menores despesas, transferindo o cuidado dos doentes às famílias e às suas redes sociais.

Defendemos aqui a tese de que o uso disseminado de novas tecnologias informacionais não invalida a perenidade do dispositivo taylorista, base sobre a qual se constrói todo esse arsenal político-tecnológico; pelo contrário, o incorpora e o dilui nas novas técnicas e tecnologias de controle. A introdução de novas tecnologias não elimina o uso da técnica taylorista e, mesmo a ideologia que esconde da classe operária a memória e os mecanismos do método que ainda a subjuga, ideologia disfarçada em métodos de gerenciamento ditos mais modernos e participativos, não esconde o fato de que o método de controle social da mão-de-obra, introduzido por Taylor, continua sólido e mantém-se encoberto nos modos de produção da economia capitalista globalizada.

Concluimos que nessa transição de uma *sociedade disciplinar* para uma *sociedade de controle*, o papel do dispositivo de Taylor continua vivo e crescente, talvez mais fortalecido que nunca.

Dado que o capitalismo não pode incluir a tudo e a todos, a lógica parece ser a da exclusão ou da seleção "a-natural": quem não é racionalmente produtivo não possui o conhecimento da senha que abre as portas da civilização, às voltas com uma economia do acesso.

Dos espaços fechados a todos, passamos aos espaços abertos somente para alguns: dos moldes das sociedades disciplinares passamos à modulação flexível e continuamente mutável das sociedades de controle.

A economia de custos, a exclusão generalizada poderia ser o embrião da resistência. Os indivíduos "degenerados", os "filhos do pecado" de *Gattaca*, aqueles que nasceram sem a intervenção dos melhoramentos genéticos e sem o controle sobre seu destino, deram a luz às resistências. O protagonista, em sua busca irracional de seu sonho de viajar a um planeta fora da terra, em sua sociodicéia, encarna a possibilidade de conceber um novo mundo e, portanto, novas contra-tecnologias.

Apesar de concebidas como formas cristalizadas de relações sociais hierarquizadas, as tecnologias podem conter seu oposto, se existe a "liberdade" na exclusão.

As câmeras onipresentes da sociedade atual como os radares eletrônicos e a permissividade aos pequenos furtos indicam que a presença do controle só é viável se economicamente relevante torna-se o espaço a ser vigiado. Do contrário, manter a sociedade disciplinar seria a tendência dominante.

Exercer a liberdade dentro da exclusão, pensando novas formas de resistência à sociedade de controle, parece, em nossos dias, o nosso destino e tarefa histórica.

REFERÊNCIAS

ALVAREZ, Marcos César. Controle social: notas em torno de uma noção polêmica. *São Paulo em Perspectiva*, v.18, n.1, Jan./Mar, p.168-176. 2004.

AROUCA, Antônio Sérgio da Silva. *O dilema preventivista: contribuição para a compreensão e a crítica da medicina preventiva*. (Tese de Doutorado). Faculdade de Ciências Médicas, Unicamp, Campinas, 1975. 262 p.

BRAGA, Ruy. Uma sociologia da condição proletária contemporânea. *Tempo Social*, v.18, n.1, jun. 2006.

BRAVERMAN, Harry. *Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

CAMPOS, Gastão Wagner de Sousa. *Um método para análise e co-gestão de coletivos*. São Paulo: Hucitec, 2000.

COSTA, Rogério da. Sociedade de controle. *São Paulo em Perspectiva*, v.18, n.1, Jan/Mar, p.161-167. 2004.

De DECCA, Edgar. *1930, o silêncio dos vencidos*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

DELEUZE, Giles. Post-scriptum sur les sociétés de contrôle. *L'Autre Journal*, v.1, mai. 1990.

DIAS, Edmundo Fernandes. *Sobre o pensamento político de Gramsci*. São Paulo: FASE, 1984.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1987. 280 p.

GONÇALVES, Ricardo Bruno Mendes. *Medicina e História: raízes sociais do trabalho médico*. (Tese de Mestrado). Departamento de Medicina Preventiva, USP, São Paulo, 1979. 210 p.

GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a política e o estado moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

HABERMAS, Jürgen. *Técnica e ciência como ideologia*. Lisboa: Edições 70, 2001.

HELOANI, José Roberto; CAPITÃO Cláudio Garcia. Saúde mental e psicologia do trabalho. *São Paulo em Perspectiva*, v.17, n.2, abril/jun, p.102-108. 2003.

PAGÈS, Max; BONETTI, Michel; De GAULEJAC, Vincent et al. *O poder das organizações: a dominação das multinacionais sobre os indivíduos*. São Paulo: Atlas, 1987.

SANTOS, Laymert Garcia dos. Limites e rupturas na esfera da informação. *São Paulo em Perspectiva*, v.14, n.3, jul/set, p.32-39. 2000.

_____. *Politizar as novas tecnologias: o impacto sócio-técnico da informação digital e genética*. São Paulo: Ed. 34, 2003. 320 p.

SENNETT, Richard. *A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Rio de Janeiro: Record, 2005.